



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ **Concelho do Porto**

ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia de Freguesia de Campanhã**, no Auditório, sito na Rua Ferreira dos Santos, 57. A sessão foi presidida pelo Sr. Sr. António Alves de Campos, Presidente da Assembleia em exercício e em substituição da Presidente que já havia apresentado o seu pedido de substituição por Licença de Maternidade.

Dado que a Segunda Secretária, Ana Isabel Pinheiro Gomes, também se encontrava ausente ocorreu a necessidade de se proceder à alteração da constituição da Mesa, o Sr. Presidente de Assembleia em exercício, solicitou por parte dos partidos a indicação de dois elementos para ocuparem os cargos de Primeiro Secretário e Segundo Secretário. Foram indicados pelo PS a Sr.ª Janete Nogueira para o cargo de Primeira Secretária e o Sr. Manuel Júlio Marques Rodrigues para Segundo Secretário.

A sessão decorreu com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – *Aprovação da Ata da Assembleia anterior;*

Ponto 2 – *Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do nº2 do Art. 9º da Lei nº 75/2015;*

Ponto 3 – *Apreciação e Votação da Transferência dos Acordos Centro Dia/Centro de Convívio para IPSS, contrato de cedência temporária do respectivo edifício e cedência por interesse público das trabalhadoras do Centro para a IPSS;*

Ponto 4 – *Alteração do Mapa de Pessoal por mobilidade interna;*

Ponto 5 – *Primeira Revisão ao Orçamento.*

Feita a chamada, pela Primeira Secretária, Sr.ª Janete Nogueira, para verificação das presenças e existência de quórum, verificou-se a ausência da Sr.ª Sandra Inês Brandão Santos, do PS (substituída pelo Sr. António José Pinto Ribeiro) Ana Isabel Pinheiro Gomes, do PS (substituída pela Sr.ª Esmeralda Maria Pereira Santos), Cândido José Rodrigues Correia, do movimento “Porto é o Nosso



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Partido” (substituído pelo Sr. José Maia Costa), Manuel Domingos Pinto Vieira, a CDU (substituído pela Sr.^a Sara Patrícia Vale Guimarães), Maria Alexandra Rêgo Moutinho, do movimento “Porto é o Nosso Partido” (substituída pelo Sr. Edmundo José dos Santos Cancela) Álvaro da Costa Marques Ferreira, do PS (substituído pelo Sr. António Mira de Sousa). Verificou se igualmente a ausência do Sr. José Pedro Maia Silva Mendes e do Sr. Miguel Alberto Miranda Ferreira, ambos do PSD.

No período **antes da ordem de trabalhos** foi entregue à mesa uma moção da CDU e, aprovada a sua discussão, será anexada à ata e dela fará parte integrante.

• **Documento um** – Moção da CDU, em defesa do serviço público de transportes, procedeu à leitura José Pimenta da CDU.

- Intervenção de Joaquim Alves, do movimento “Porto é o Nosso Partido”, referindo o voto contra da sua bancada. Realçou que não eram contra o processo de subconcessão da Metro do Porto e da STCP, mas sim contra o modelo, a forma como foi feito, com avanços e recuos, com atropelos e pelo facto de as autarquias não terem sido ouvidas no processo em causa. Considerou que as populações ficaram a perder, pois não foram tidas em consideração as suas necessidades mas critérios economicistas.
- Intervenção de José Miguel Silva, do PS, mencionando que quase subscrevia na totalidade a intervenção de Joaquim Alves do movimento “Porto é o Nosso Partido”, o PS concordava com o que pelo mesmo foi dito, sugerindo à CDU uma negociação de alteração à moção tornando assim passível de ser aprovada pelo Partido Socialista. O PS também estava contra o processo de concessão por ajuste directo e poderiam votar favoravelmente se a CDU terminasse com a deliberação e retirasse da moção a frase “... e a manutenção destas duas empresas na esfera pública.”
- Intervenção de José Pimenta, da CDU, informando que não procederiam à alteração da moção, dado que o que estava em causa era não só o serviço ser ou não entregue e a forma como se processava essa entrega, mas também o facto de a cidade e a área metropolitana ficarem sem um instrumento essencial para a gestão de trânsito e de mobilidade. A intenção da CDU era que estas duas empresas se mantivessem na esfera



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

pública, não sendo isso negociável. Questionou a posição do PS no que dizia respeito à privatização destas duas empresas.

- Intervenção de José Miguel Silva, do PS, referiu que efectivamente o Partido Socialista esteve sempre contra o modelo de concessão, trabalhou conjuntamente com a Direcção e com o Executivo Camarário para chegar a uma candidatura, de forma a manter as empresas na esfera da Câmara do Porto. Referiu que acreditavam que o Executivo Camarário iria prestar um melhor serviço. Consideraram que o caderno de encargos poderia ter sido mais bem definido, e que também a população não foi tida em consideração. Dado o facto de a CDU manter a moção, a votação do PS seria contra a mesma.
- Não aprovada com treze votos contra (bancadas do PS e do movimento “Porto é o Nosso Partido”) dois votos a favor (bancadas da CDU) e duas abstenções (bancada do PSD).

Terminou-se o período antes da ordem de trabalhos com uma intervenção de José Pimenta, da CDU, que colocou questões ao Executivo da Junta de Freguesia de Campanhã, relacionadas com a estação do metro Nicolau Nazoni, prendendo-se a mesma com queixas dos moradores relacionadas com as obras que lá foram operadas e com a dificuldade de escoamento das águas excedentárias, e também com a limpeza de um terreno pertencente à Câmara. Questionou igualmente acerca do Posto de Correios de Miraflor, que de acordo com a informação que lhe chegou, o mesmo está encerrado à dois dias, não sabendo a população o motivo do seu encerramento.

O Sr. Presidente de Junta, Ernesto Santos, clarificou o problema das águas referindo que o mesmo já se encontrava resolvido, informou igualmente que iria solicitar aos SMAS para se inteirarem da questão do adutor. Relativamente ao Posto de Correios, informou o mesmo que o Posto apenas encerrará no dia um de Outubro e durante quinze dias para proceder à mudança de instalações. Informou ainda o Sr. Presidente que não haverá alargamento do financiamento do Protocolo estabelecido com a Junta e a Cruzada de Bem-fazer de Campanhã, para a manutenção do Posto em causa.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

O Presidente de Assembleia em exercício, Sr. António Alves Campos, e após solicitada autorização ao Sr. Presidente de Junta para intervir, esclareceu ainda a existência de um aviso, que estava afixado no referido posto, no qual se informava que este encerrará a 30 de Setembro e que no dia 15, máximo dia 20, o mesmo já estará operacional na Rua Justino Teixeira nº 319, o compasso de espera pela reabertura do serviço prendia-se com a disponibilidade dos serviços técnicos que irão proceder à instalação não a conseguirem realizar de forma mais célere. Salientou também que o novo espaço era dotado de uma maior área dado que o mesmo também já se começava a tornar diminuto para dar resposta às necessidades da população.

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício deu início ao período da ordem de trabalhos.

Ponto 1 – “Aprovação da Ata da Assembleia anterior”.

- Intervenção do Sr. Carlos Rogério da Silva Miranda, do PSD, informando que na Assembleia de 30 de Junho, compareceu em substituição do Sr. Miguel Ferreira do PSD, e o seu nome não constava na Ata em causa;
- Intervenção de José Miguel, do PS, sugerindo que a Ata em causa fosse votada na próxima Assembleia, após confirmação da situação referida com a folha de presenças da mesma.

O Presidente da Assembleia em exercício informou assim que o **Ponto 1** da ordem de trabalhos será então abordado na próxima Assembleia.

Ponto 2 – Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia, conforme alínea e) do nº2 do Art. 9º da Lei nº 75/2015;

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta que apresentou o documento que dava a conhecer o património da Junta de Freguesia de Campanhã. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Ernesto Santos, este salientou as diversas festividades que ocorreram no trimestre, salientando o 2º lugar obtido nas Rugsas de São João, pedindo registo da excelente participação do Falcão. Realçou a assinatura do protocolo para a despoluição do rio Tinto. No âmbito da habitação mencionou as várias obras a decorrer em Campanhã e as que ainda ocorrerão. Chamou



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

ainda a atenção para a visibilidade alcançada com a exposição presente no Matadouro que permitiu que o mesmo fosse visto com outro olhar e destacou as obras na Quinta do Mitra. Terminou a sua intervenção informando que já se iniciara o 2º campeonato de bilhar, que este ano contava com 22 equipas e que permitia uma maior interacção entre colectividades.

- Intervenção da Sr.ª Sara Guimarães, da CDU, sobre o resumo de execução da receita e despesa, pedindo esclarecimento acerca do valor referente a Taxas, Multas e Outras Penalidades.

O Sr. Presidente de Junta, Ernesto Santos mencionou as verbas adquiridas com os vendedores ambulantes, vendedores de castanhas assim como os valores provenientes também do cemitério, sendo que no Relatório do Final do Ano, estará detalhada a devida informação. Informou ainda a proposta feita pela Junta à Câmara para que fosse revisto o valor cobrado aos vendedores de artigos desportivos, que na sua perspectiva é elevado.

- Interveio António Mira de Sousa, do PS, realçando e felicitando o trabalho desenvolvido pelo Executivo no que concernia ao espaço da Quinta do Mitra, evitando que a degradação do mesmo prosseguisse. Referiu igualmente o potencial da casa e do terreno, enumerando várias utilidades para o mesmo e sugerindo ao do Executivo atenção para o Programa Portugal 20/20, o qual previa o pagamento de obras para a recuperação de edifícios com fins sociais.

Presidente de Junta agradeceu, e ressaltou a instalação da rampa para os cidadãos com dificuldades de mobilidade e a vontade em fazer mais pelos mesmos, alterando outras situações do edifício da Junta.

- Interveio José Miguel Silva, do PS, indagando se não seria útil a presença do TOC, Dr. António Felizes, para esclarecer a questão apresentada anteriormente pela Sr.ª Sara Guimarães.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

- Interveio Dr. António Felizes, Técnico Oficial de Contas da Junta de Freguesia de Campanhã, informando que o valor comportava atestados, certidões, todo o serviço de cemitério, venda ambulante... referiu que o valor executado até ao momento era de 74 mil euros.

Ponto três – *Apreciação e Votação da Transferência dos Acordos Centro Dia/Centro de Convívio para IPSS, contrato de cedência temporária do respectivo edifício e cedência por interesse público das trabalhadoras do Centro para a IPSS;*

Após informar que se tratavam de dois documentos, o Presidente da Assembleia facultou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, Ernesto Santos, este referiu que o documento estava bem explícito e que consagrava os interesses da Junta, dos utentes do Centro de Dia, dos funcionários da Junta, e os interesses da instituição que assumirá o Centro de Dia, após aprovação. Mencionou que estava disponível para esclarecer eventuais dúvidas e informou os presentes acerca da presença do jurista da Junta que poderia explicar a parte técnica do documento.

- Intervenção de José Pimenta, da CDU, referindo que se tratava da consagração de uma lei, que obrigava as Juntas a abdicar destes serviços. Apresentou dúvidas relativamente ao contrato em causa, nomeadamente na 2ª, 3ª, 5ª e 13ª cláusula. A sua dúvida prendia-se com o facto de que apesar do acordo com a Junta, a mesma não faria depois parte no acordo entre a IPSS e a Segurança Social, sendo assim, questionou como será a 2ª cláusula salvaguardada. No que dizia respeito à 5ª clausula, perguntou se 10% das vagas a serem indicadas pelos serviços sociais não seriam poucas e referindo-se à 13ª referiu que deveria haver a hipótese de a Assembleia de Freguesia também poder exercer o poder de fiscalização após os 5 anos de forma a salvaguardar junto com a Junta se o acordo estaria bem executado. Quanto ao 2º documento, a situação dos trabalhadores estava salvaguardada, estando assim em concordância com o acordo feito, no entanto, não concordavam com a lei, pelo que o voto seria a abstenção.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, informou que as valências que passariam da Segurança Social para a IPSS, os acordos, seriam os mesmos que a Junta auferia no momento. Mencionou que o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

prazo de 5 anos era o prazo mínimo para que a instituição, se vier a tomar conta do Centro, pudesse investir. Tratava-se de um ato de gestão e a Junta deveria fiscalizar o contrato, e a Assembleia de Freguesia detinha o poder de fiscalizar a Junta e logo a sua gestão. A grande preocupação da Junta passou por manter os postos de trabalho dos funcionários.

- Interveio Carlos Rogério da Silva Miranda, do PSD, mencionando que estavam de acordo com o contrato, mas questionou porque é que outras instituições da Freguesia não foram consultadas.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, o mesmo esclareceu que as outras instituições já possuem este tipo de valências, dando para o efeito vários exemplos, ao mesmo tempo que o Centro Social de Soutelo já tinha provas dadas, e que outras instituições da freguesia foram consultadas.

- Interveio José Pimenta, da CDU, questionando se, ao fim dos 5 anos, o contrato poderia ser revisto, melhorado e se a Junta de Freguesia se poderia pronunciar acerca de uma eventual alteração para melhor.
- Interveio José Miguel Silva, do PS, referindo o esforço realizado pela Junta para manter o Centro de Dia e mencionando que houve IPSS's que não garantiriam determinadas condições e a apresentada conseguiu-o. Campanhã esteve perto de perder o serviço em causa, e desta forma a Junta acabou por ceder o espaço e garantiu forma de manter o serviço para os campanhenses. A fiscalização passará assim por uma questão de gestão, e se a IPSS não cumprir com o acordado, não mantiver o acordo com a Segurança Social existia a possibilidade de revogar o contrato.

Presidente de Assembleia informou que ocorrerão duas votações.

- Interveio José Miguel Silva, do PS, questionando o Presidente da Junta se um documento poderia ser votado sem o outro.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Dada palavra ao Sr. Presidente da Junta, este informou que os documentos são parte integrante um do outro e considera que uma votação será o adequado. Questionou ainda o jurista da Junta de Freguesia, que informou que o domínio da Junta é sobre o contrato de comodato.

O Presidente da Assembleia pôs os documentos à votação sendo aprovado com dez votos a favor e seis abstenções (duas da bancada da CDU e quatro da bancada do movimento "Porto é o Nosso Partido).

Presidente de Assembleia informa ainda que na votação esteve ausente o deputado do PS António Mira de Sousa por possibilidade de conflito de interesses.

Ponto 4 – Alteração do Mapa de Pessoal por mobilidade interna;

O Sr. Presidente da Junta, Ernesto Santos, explicou que existiam duas funcionárias, Assistentes Operacionais, que desempenhavam funções de Assistentes Técnicas, sendo que, por uma questão de justiça, proponha a mobilidade das mesmas.

- Interveio Joaquim Manuel Moreira Alves, do movimento "Porto é o Nosso Partido, perguntando se ocorreriam alterações a nível remuneratório das mesmas, tendo o Sr. Presidente de Junta confirmado as alterações.
- Aprovada por unanimidade.

Ponto 5 – Primeira Revisão ao Orçamento.

O Sr. Presidente de Junta Ernesto Santos explicou que se tratava de uma situação obrigatória e que a Junta iria concorrer a um projeto, sendo que para tal era necessário possuir determinada dotação.

- Interveio Sara Guimarães, da CDU, solicitando clarificação relativamente ao projecto alvo de candidatura. Questionou se seria para o projecto Espaço Cidadão. Em resposta o Sr. Presidente de Junta esclareceu que não e que a candidatura seria no âmbito de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

renovação informática. A Sr^a. Sara Guimarães, informou que iriam votar contra dada a posição da sua bancada relativamente ao orçamento inicial.

- Aprovado com onze votos a favor (bancadas do PS e PSD), quatro abstenções (bancada do movimento “Porto é o Nosso Partido”) e dois votos contra (bancada da CDU).

Terminada a ordem de trabalhos O Presidente da Assembleia em exercício, passou ao **período de intervenção das coletividades e do público**, não havendo pedidos de intervenção por parte do público, solicitou o Sr. Presidente de Junta o uso da palavra para dar conta de uma situação levantada na Assembleia anterior relativamente à TV Cabo no Bairro de São Roque. Informou os presentes que o problema se encontrava em vias de conclusão e que até ao dia 28 os moradores teriam acesso a alguns canais de televisão e dos restantes até ao final do ano, mais informou que a Associação de Moradores do Bairro de São Roque já tinha sido informada do mesmo.

- Interveio Sara Guimarães, da CDU, salientando o papel e o empenho dos moradores para a resolução da mesma.

O Presidente da Assembleia em exercício deu por finalizada a sessão.

A 1ª SECRETÁRIA

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,
em exercício

O 2º SECRETÁRIO
